

## O QUE PODEMOS E DEVEMOS APRENDER SOBRE A PANDEMIA COMO PROFESSORES?

Cristiano Mezzaroba<sup>i</sup>  
Hamilcar Silveira Dantas Júnior<sup>ii</sup>

**RESUMO:** Os desafios postos pela pandemia do novo coronavírus nos obrigam a pensar esse acontecimento enquanto uma experiência social tendo a mídia como interface em relação à apresentação e discussão dos mais variados temas que nos sinalizam entender o mundo em que vivemos, talvez como nunca tenhamos experimentado antes. O objetivo é, por meio de um exercício ensaístico, refletir e analisar materiais oriundos da internet que indiquem “leituras da realidade” quanto às questões de política, saúde, corpo e educação. Mediando essas informações da mídia com os conceitos de experiência social e tomada de consciência sinalizamos os problemas em curso no Brasil quanto a uma era necropolítica, de acirramento das desigualdades sociais, de sérias implicações ao campo educacional, ao tempo que ratificamos a necessidade de um humanismo radical para este nosso século.

**Palavras-chave:** pandemia; experiência social; tomada de consciência; mídia; formação de professores.

### WHAT CAN WE AND SHOULD WE LEARN ABOUT THE PANDEMIC AS TEACHERS?

**ABSTRACT:** The challenges posed by the pandemic of the new coronavirus compel us to think of this event as a social experience having the media as an interface in relation to the presentation and discussion of the most varied themes that signal us to understand the world in which we live, perhaps as we have never experienced before. The objective is, through an essay, to reflect and analyze materials from the internet that indicate “readings of reality” regarding issues of politics, health, body and education. Reflecting upon this information from the media with the concepts of social experience and awareness raising, we signal the ongoing problems in Brazil regarding a necropolitical era, worsening social inequalities, serious implications for the educational field, while we ratify the need for a radical humanism for our century.

**Keywords:** pandemic; social experience; awareness-raising; media; teacher training.

### CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O ano de 2020 certamente entra para a lista das épocas históricas mais singulares da Humanidade. Se muitos achavam que a tensão no começo deste ano, entre Estados Unidos da América e Irã, geraria um grande conflito militar, possibilitando uma 3ª Guerra Mundial, a “guerra” que vimos começar na China de maneira mais intensa em janeiro de 2020 e que foi se espalhando pelo restante da Ásia, Oriente Médio e Europa, e depois pelo continente americano e demais países do mundo, configura-se como uma luta que envolve o vírus covid-19 (popularmente conhecido como “coronavírus”) e cada um e todos humanos. Uma batalha pela sobrevivência que chegou para desvelar desigualdades, valores, tensões, disputas, ideologias, mas também para provocar reflexões sobre a vida, para ampliar conhecimentos sobre política, igualdade, liberdade, saúde, educação, tecnologias etc.



Se a vida imita a arte, e pudéssemos fazer analogia a várias produções cinematográficas, como o famoso e atualíssimo filme *Contágio*, de Steven Soderbergh (EUA, 2011), podemos considerar que nos tornamos coadjuvantes da vida real cujo maior protagonista é o vírus, que é desconhecido, oculto, assustador, mortal. Se ao visualizarmos tal ficção já ficamos ansiosos, ofegantes e preocupados, viver o tempo presente – uma verdadeira distopia – ainda mais em território brasileiro, deixa-nos com um nível de estresse e de medo que algumas pesquisas<sup>iii</sup> recentes conseguem quantificar, ou seja, detecta-se, em poucos meses, que dobraram os índices de ansiedade, enquanto os de depressão tiveram um aumento de 90%, devido à pandemia de covid-19 no Brasil.

Como professores que atuam na formação de professores de Educação Física (EF) e pesquisadores do subcampo pedagógico e sociocultural da EF brasileira, observamos o fenômeno sob as lentes da educação e da formação acadêmica. Nesse sentido, a perspectiva multidisciplinar nos permite, enquanto sujeitos e agentes deste momento histórico, refletir e analisar o atual contexto a partir de um conjunto de elementos vinculados aos saberes das ciências humanas e sociais.

Assim, conforme aprendemos com a Sociologia, por exemplo, não operamos com exercícios de futurologia, isto é, não nos cabe dizer “como será o mundo” depois que a pandemia passar, como o senso comum faz circular, ora otimista – como quando vemos artistas explicitarem opiniões sobre o futuro do mundo; ora pessimista – como estamos constatando ao observarmos opiniões de economistas ao argumentarem quanto às consequências econômicas da pandemia. Com a História, temos visto sua importância para além daquela disciplina escolar que outrora focava seus saberes em relação a datas e nomes: com a pandemia, quase que diariamente vemos historiadores sendo chamados ao debate público para nos mostrar outras pandemias, explicar transformações, enfim, pensar o presente/contemporâneo a partir das práticas humanas e sua historicidade.

Operamos, portanto, neste ensaio, um exercício de imaginação sociológica<sup>iv</sup> (MILLS, 1969), pautados pelo alerta que Pierre Bourdieu (2013) lançou quanto à “atenção imediata ao imediato”, isto é, o imediatismo das implicações políticas quando experienciamos “momentos privilegiados na história”, como foi para Bourdieu o Movimento de Maio de 1968, e como está sendo para qualquer cidadão (não negacionista) que vive o tempo presente e o receio com a pandemia do coronavírus. Segundo Bourdieu (2013), quando nos propomos analisar a “presença no presente”, devemos ter grande cuidado e afastamento, pois corre-se o risco de se falar de “[...] enigmas mais que problemas, apelando a posicionamentos totais e definitivos mais do que a análises necessariamente parciais e revisáveis.” (BOURDIEU, 2013, p. 208).

Nosso intento é pensar esse acontecimento, que é individual e coletivo, enquanto uma *experiência social* com a pandemia tendo a mídia como interface em relação à apresentação e discussão dos mais

variados temas que nos sinalizam entender o mundo em que vivemos, talvez como nunca tenhamos experimentado antes.

Nosso objetivo, então, será refletir e analisar o momento da pandemia do coronavírus no Brasil em relação aos mais diversos elementos apresentados por materiais midiáticos oriundos da internet que podem indicar a possibilidade deste tenso e difícil momento gerar implicações formativas aos professores de EF que atuam no contexto escolar, elaborando uma “leitura da realidade” no que se refere às questões de saúde, corpo, educação, práticas corporais, tecnologias, lazer, política, sociedade, geopolítica, arte e cultura, economia etc.

Procuraremos trazer exemplos de informações jornalísticas dos mais diversos *sites*<sup>Y</sup> brasileiros que sinalizam a possibilidade de, diante da pandemia, ampliarmos e desvelarmos ideologias ao cotidiano das pessoas “comuns”. Pensamos, então, que o momento atual, por mais difícil, tenso, inseguro e incerto que seja, pode permitir, como sugere Paulo Freire (1987), uma singularidade no sentido de uma “tomada de consciência” sobre os rumos do mundo, e, com isso, as implicações de uma formação profissional, neste caso, de professores de EF comprometidos com uma vida plena, saudável, esclarecida, politizada, culta, ou seja, uma verdadeira dimensão cidadã.

Segundo Dubet (1994) citado por Silva (2009, p. 286), a *experiência social*: “É uma noção que designa as condutas individuais e coletivas dominadas pela heterogeneidade dos seus princípios constitutivos e pela atividade dos indivíduos que devem construir o sentido das suas práticas no bojo desta heterogeneidade”. Sob tal perspectiva, consideramos que a experiência com a pandemia tem permitido que o conjunto populacional brasileiro viva uma intensa experiência social, a partir de como cada um e ao mesmo tempo todos, está/estão lidando cotidianamente com a dificuldade do momento, o que também pode potencializar possibilidades de aprendizagens coletivas sobre nós mesmos.

Nesse sentido, perguntamo-nos: Em relação às questões que envolvem o contexto didático-pedagógico e científico dos agentes que atuam no campo da EF brasileira, em específico àqueles vinculados aos subcampos pedagógico e sociocultural, o que podemos – e devemos – aprender com a dura experiência da pandemia às questões que envolvem política, educação, saúde, corpo e humanidade?

Pensamos que todas as áreas do saber podem contribuir para o exercício reflexivo e as implicações deste nos processos educativos que envolvem a discussão imprescindível da pandemia e suas implicações nas nossas vidas, o que exige um exercício multidisciplinar àqueles que atuam tanto na universidade, na formação de professores e pesquisadores, como àqueles que atuam na escola, na formação de crianças e jovens.

Para dar conta de tal exercício ensaístico, organizamos o texto de maneira a, inicialmente, tratar conceitualmente os elementos que dão sustentação teórica ao texto (experiência social e tomada de consciência), para, em seguida, apresentar e discutir quanto a algumas informações circulantes na internet

brasileira (portais de notícias) durante a pandemia, que podem indicar possibilidades formativas aos professores(as) de EF diante dessas experiências midiáticas e (possível) tomada de consciência. Na sequência, selecionamos três eixos de discussão diante do conjunto de temáticas encontradas (falso dilema entre vida *versus* economia; as desigualdades sociais no Brasil e a necessidade de fortalecimento do Sistema Único de Saúde; e o debate sobre educação à distância e *homeschooling*) e refletimos de maneira específica sobre cada uma delas. O texto é finalizado com questões que procuram extrair um sentido histórico e pedagógico da pandemia àqueles que atuam na EF escolar.

## **BREVES NOTAS QUANTO À “EXPERIÊNCIA SOCIAL” E À “TOMADA DE CONSCIÊNCIA”**

Quando pensamos em acontecimentos que marcaram um determinado período histórico, costumeiramente evocamos os conhecimentos oriundos do campo da História e recorremos à nossa memória escolar para retomar alguns elementos que permitiram a existência desses eventos, como por exemplo, as relações de causas e consequências, nomes que entraram para a história, datas, entre outros detalhes.

Ao olharmos para os acontecimentos nos quais estamos imersos, em que nós somos os sujeitos envolvidos diretamente com a singularidade do fenômeno, como no caso de experienciarmos uma pandemia e suas implicações, a dimensão da insegurança e da incerteza se intensificam. De toda forma, independente do contexto individual e coletivo de cada um de nós, sabemos que não sairemos deste difícil momento mundial, sob os riscos de um processo de tamanha magnitude, sem uma mínima transformação, embora esta não se evidencie de um dia para o outro e não se realizará de forma igual para todos.

O viver em sociedade, conforme argumenta Giddens (1991, p. 22), significa participar de “[...] um sistema específico de relações sociais”, em que “Não podemos controlar a vida social completamente, mesmo considerando que nós mesmos a produzimos e reproduzimos em nossas ações.” (GIDDENS, 1991, p. 167). Quando consideramos o momento contemporâneo, da “alta modernidade”, como sugere tal autor, é possível identificarmos, a partir do final do Século XX, as mais variadas, radicalizadas e universalizadas consequências da modernidade – esta caracterizada pela globalização, industrialização, informação e consumo – em que o ritmo de mudança se apresenta com uma rapidez extrema e os modos de vida transformam-se de forma intensa.

Assim, com a Sociologia, podemos melhor compreender a extensão das mudanças na sociedade, como afirma Wautier (2003). E sob o contexto da pandemia mundial, tal fenômeno implica olharmos para nossos modos de vida (individual e coletivo) e procurarmos compreender de forma mais ampla a

sociedade em que vivemos, já que, conforme Giddens (1992, p. 13), a sociologia está “[...] envolvida com o estudo da vida social moderna”.

Dois conceitos são elegidos, aqui, para lançar luz aos nossos argumentos e ajudar na materialização deste ensaio: a *experiência social* e a *tomada de consciência*.

Em relação a *experiência social*, conceito formulado pelo sociólogo francês François Dubet, temos, conforme Wautier (2003), que é algo constituído a partir do que Simmel elaborou quanto à “ação social” e ao que Schutz tratava quanto à “subjetividade”. Em sua formulação, considera-se que as sociedades modernas permitem/estimulam uma exacerbação do individualismo e que não é mais possível pensarmos a sociedade moderna como uma “sociedade clássica”, mas como uma sociedade com “diversidade de lógicas de ação”, gerando a “experiência social moderna” (WAUTIER, 2003, p. 179). Ao pensarmos a experiência social de viver o presente com a pandemia, podemos considerar que esta representa um modo particular de colocar em ação aspectos individuais e também coletivos que são dominados pela heterogeneidade constituinte da sociedade.

Segundo Wautier (2003), o conceito de *experiência social* em Dubet evidencia três traços principais:

1. Heterogeneidade dos princípios culturais e sociais que organizam as condutas;
2. Distância subjetiva que os indivíduos mantêm com o sistema;
3. A construção da experiência coletiva recoloca o conceito de alienação no cerne da análise sociológica.

Para Dubet (1994) *apud* Wautier (2003, p. 181), a experiência é definida como um objeto sociológico:

A sociologia da experiência social visa definir a experiência como uma combinatória de lógicas de ação que vinculam o ator a cada uma das dimensões de um sistema. O ator deve articular estas lógicas de ação diferentes e a dinâmica que resulta desta atividade constitui a subjetividade do ator e sua reflexividade.

Ainda segundo Wautier (2003), procurando melhor clarear quanto à *experiência social* em Dubet, devemos considerar que esta não é algo sem relações com o sistema social maior (ou seja, a sociedade em seu conjunto e seu *modus operandi*), e que as relações entre a *experiência social* e o sistema social ocorrem a partir de três vias, cada uma a partir de uma forma institucional. Assim, ocorre a integração por obra das instituições; os sujeitos elaboram suas estratégias de acordo com suas classes sociais; e a subjetivação se dá a partir do plano da cultura. Tal perspectiva coaduna com os movimentos analíticos da historiografia que percebe os sujeitos enquanto “agentes históricos”, aqueles que recebem as pressões das estruturas políticas, sociais e culturais, mas que encontram em suas “frestas” liberdades de ação e possibilidades de escolha (BURKE, 1992).

Sinteticamente, a experiência social é atividade/trabalho que o indivíduo constrói uma identidade social, articulando diversas lógicas de ação nas quais ele está engajado. O conceito de *experiência social* em Dubet (1994 *apud* Wautier, 2003) supõe compreender a sociedade a partir de dois eixos: a ação social e a subjetividade. Assim, a perspectiva desse novo campo da sociologia que se abre – a *sociologia da experiência* – é compreender as transformações da nossa sociedade. Neste ensaio, consideramos que a subjetividade dos sujeitos é impactada – não estamos utilizando o verbo “influenciar” propositalmente – dentre tantos fatores, pela relação que cada um opera com os veículos midiáticos, seja se informando em portais de notícias, seja recebendo notificações de aplicativos instalados em seus dispositivos móveis ou mesmo pelas informações (verdadeiras e *fakes*) que circulam nos aplicativos de mensagens ou redes sociais.

Na interseção dialógica entre experiência social e tomada de consciência, Paulo Freire (1983) destaca que o homem, enquanto sujeito de relações com outros homens e seu espaço natural e social, precisa agir sobre a natureza transformando-a e humanizando-a. Nesse sentido, a relação dialógica entre os homens e seu mundo vivido pressupõe um mundo comunicativo, de permanente interação, no qual o agir objetivo e o pensar subjetivo sempre estão nos limites de uma verbalização transitiva direta: agir com quem e para quem? Pensar o quê e para quê?

Em tempos pandêmicos, nos quais a natureza nos afronta em toda a sua complexidade nos diminuindo e nos tornando diminutos ante sua grandiosidade, precisamos nos perguntar: é possível ainda humanizar a natureza? Que diálogo humano travar com a mesma e o vírus de maneira a nos tornarmos cada vez mais humanos vívidos, não corpos mortos? Tais perguntas se fazem necessárias na expectativa de projeção de uma nova humanidade pós-pandemia!

Radica-se aqui, a defesa de que, em tempos nos quais se impera o obscurantismo, a premissa da “opinião” em pé de igualdade com os argumentos e provas científicas, segundo Freire (1983) precisamos radicalizar um novo humanismo: concreto, rigorosamente científico:

Humanismo que, recusando tanto o desespero quanto o otimismo ingênuo é, por isto, esperançosamente crítico. E sua esperança crítica repousa sobre uma crença também crítica: a crença que os homens podem fazer e refazer as coisas; podem transformar o mundo. Crença em que, fazendo e refazendo as coisas e transformando o mundo, os homens podem superar a situação em que *estão sendo* um quase *não ser* e passar a ser um *estar sendo* em busca do *ser mais* (FREIRE, 1983, p. 50, grifos do autor).

O humanismo que reivindica uma experiência alicerçada na relação sujeito e objeto, homem e natureza, educação e compreensão do mundo, requer, portanto, uma tomada de consciência ou o que Freire (1979) chamou de um *ad-mirar* o mundo, um distanciar-se do mundo para compreendê-lo, reinterpretá-lo e reorganizá-lo. O distanciar-se analiticamente do mundo só é possível pela mediação do conhecimento que, em larga medida, se processa nos ambientes formais de educação. Essa relação que

Freire denomina de consciência-mundo pressupõe uma mudança permanente, um projeto utópico de um vir-a-ser possível, não de quimeras oníricas. Tal tomada de consciência pretende “desmitologizar” o mundo, retirar de seu invólucro místico os homens e suas relações. Assim sendo, como distanciar-se do mundo em meio a uma pandemia para compreender os processos sociais e reorganizar a educação e a existência? Não falamos de distanciamento social, única ação viável para contenção do contágio em massa. Falamos do exercício analítico de compreender os determinantes sociais e biológicos do vírus, mas principalmente seus impactos nas relações humanas e na relação com a própria natureza.

Paulo Freire (1979) nos lembra que, uma das ferramentas metodológicas fundantes dos processos educacionais é a identificação de “situações-limite”. Em momentos de alta complexidade, nas quais as contradições sociais explodem e se tornam difíceis de percepção das suas estruturas e funções, ascendem as explicações simplórias e o pensamento mágico, propício ao surgimento de mitos e messias. Vivemos uma situação global de desespero na qual o medo da morte (nossa e de entes queridos), do colapso social e econômico, do esfacelamento democrático minam nossas capacidades de distanciamento do mundo. Todavia, é aqui, no limite, que se sustentam as contradições próprias do distanciar-se para compreender, amadurecer e ressignificar a vida. As ações humanas em torno de um projeto de manutenção ou superação do projeto sócio-histórico vigente tornam-se prementes. Atingimos, portanto, uma dessas “situações-limite” posto que,

As situações-limite implicam na existência de pessoas que são servidas direta ou indiretamente por estas situações, e outras para as quais elas possuem um caráter negativo e domesticado. Quando estas últimas percebem tais situações como a fronteira entre ser e ser mais humano, melhor que a fronteira entre ser e não ser, começam a atuar de maneira mais e mais crítica para alcançar o “possível não experimentado” contido nesta percepção. Por outra parte, aqueles que são servidos pela situação-limite atual vêm o possível não experimentado como uma situação-limite ameaçadora, que deve ser impedida de realizar-se, e atuam paramanter o “status quo” (FREIRE, 1979, p. 17).

Forçosamente precisamos reconhecer, para além de julgamentos moralistas, que as pessoas se postam diante dessas situações de acordo com os instrumentais teóricos e analíticos que possuem para apreender e decodificar o mundo. Nesse sentido, reconhecemos que é preciso identificar, nessa tomada de consciência, os diferentes estágios de relação consciente com o mundo, conforme apresenta Freire (1990). Algumas pessoas apresentam um grau de consciência “intransitiva” na qual seu compromisso de absorção da realidade se dá na forma como ela se apresenta de modo imediato. Uma intransitividade que se materializa nos que acreditam em “Terra Plana” ou identificam “mitos” em governantes políticos, capazes de nos conduzirem a oásis sociais de fartura e paz. Por seu turno, em alguma medida avançando, existem os que adentram a uma consciência “transitiva ingênua” que se apegam a imagens idealizados do passado, respondem de maneira simplificada a problemas complexos, se satisfazem com a experiência prática sem mediação e reflexão, pautam-se em comportamentos emocionais e desprezam os conceitos e explicações

científicas como formas objetivas de análise da realidade. Os ingênuos, se não se rendem aos mitos, ainda acreditam nas soluções simplistas por não apreenderem a complexidade do real.

É preciso, em contrapartida, sinalizar com um esforço em alcançarmos uma consciência “transitiva crítica” que é indagadora, provocativa, investigativa e, por ser transitiva e educadora, se nutre do diálogo, do contato com os outros, com o amadurecer coletivo e em busca de um pensamento que transcenda o senso comum e as simplificações diante de um mundo complexo. Portanto, reconhecendo que as situações-limites estão postas, precisamos, enquanto educadores conscientes de seu papel histórico nessa crise, forçar o pensamento, estabelecer as provocações, tencionar com os discursos enraizados, problematizar as ações e encaminhar projetos de formação humana para além da pandemia. Podemos fazer isso, neste momento, com a colaboração do que tem sido produzido e circulado na internet, nos mais variados *sites* brasileiros, por exemplo, os portais de notícias?

## **A INTERNET EM TEMPOS DE PANDEMIA: EXPERIÊNCIA MIDIÁTICA E TOMADA DE CONSCIÊNCIA**

Thompson (1998), sociólogo inglês, aborda quanto ao aparecimento, expansão e intensificação da mídia na modernidade, a qual, para ele, configura-se como “[...] uma nova e maior arena [...] criada para o processo de autoformação” (THOMPSON, 1998, p. 46). Da maneira que a conhecemos, surgiu pelo papel impresso (e por isso até hoje a mídia impressa conhecida como “imprensa”); também com a fotografia e o cinema; depois foi a vez da voz comunicando pelo rádio para multidões; até o momento que surge a televisão e mais recentemente, o auge das tecnologias informacionais e comunicacionais: a internet e sua hibridez, esse espaço virtual que tudo converge.

Jenkins (2009) vai denominar de *cultura de convergência* a nossa atual cultura digital que é caracterizada pela multimedialidade (possibilidade de interagir com vários aparelhos e plataformas ao mesmo tempo), pela intermedialidade (a convergência em si das mídias ao digital) e pela portabilidade.

Obviamente que não podemos generalizar que “todo mundo possui um aparelho tecnológico” e que, possuindo tal equipamento, “faça o mesmo uso”. Aprendemos, a partir de autores da corrente latino-americana da sociologia da comunicação, principalmente em relação aos conceitos de mediação (ORÓZCO, 1993) e recepção (MARTIN-BARBERO, 2003) que há um conjunto de instituições, situações, configurações e acessos e usos aos mais diversos equipamentos tecnológicos e midiáticos que tornam nossa maneira de “interpretar” os acontecimentos em experiências bastante peculiares/singulares.

Neste trabalho de cunho exploratório (MINAYO, 2010), caracterizado como um ensaio, identificamos e selecionamos diversos materiais cujo conteúdo são “notícias”, publicados em *sites* da

internet brasileira que, de alguma maneira, contextualizaram sob alguma temática específica a pandemia e que, explícita ou implicitamente, possibilitam uma discussão em relação a objetos e temas pertinentes à formação e ao trabalho pedagógico do professor(a) de EF, ajudando os professores a elaborar reflexões e desvelar questões do contexto midiático.

Propomos, portanto, partir de uma primeira análise, sociológica, de compreensão das transformações que ocorrem na sociedade, notadamente em tempos nos quais uma pandemia impacta toda a sociedade mundial, por conseguinte do estabelecimento de diálogos com Paulo Freire na construção de vias de tomada de consciência, de “leituras” da realidade, tentando dar conta de abarcar o “todo”. Exercício fundamental também para os professores e professoras brasileiros, ou seja, tentarmos construir uma compreensão generalista sobre o momento mundial para pensarmos a formação humana, a formação de professores, o exercício pedagógico e as práticas corporais (estas últimas, objeto da EF, seja a escolar ou a não-escolar).

Dessa maneira, partirmos da definição de “temas geradores” que provoquem o exercício reflexivo sociológico de identificação das experiências sociais em curso, bem como da tomada de consciência necessária para compreender o mundo, além de refletir como intervir nele em nossos distintos campos de atuação.

Para Freire (1987), toda época histórica apresenta suas ideias, concepções, desafios, dúvidas, práticas e ações em plena contradição com seus opostos, permanentemente em rota de colisão. Esse movimento dialético, impede que percebamos esses fenômenos isoladamente, sem mediação com as tensões postas nos seus movimentos históricos. Posto isso, perceber a eclosão e disseminação de um vírus que gera uma pandemia não pode ser percebida nos seus aspectos meramente biológicos e seus impactos na saúde.

Essa pandemia gera, e continuará a gerar, alterações sociais, econômicas, políticas, culturais que nos impactarão ainda por longos anos. Tais impactos desvelam as “situações-limites” que, enquanto tarefas históricas, estão postas para nossa resolução em distintos graus de ação. Enquanto professores, a “situação-limite” da pandemia e seu caos nos permite erigir formas de compreender e agir na formação de nossos jovens para construir maneiras mais fecundas de percepção do movimento histórico e de inserção social sob novos horizontes.

Entendemos que as ações pedagógicas terão que, obrigatoriamente, reconhecer o imperativo dos diálogos disciplinares. Nenhum vírus é apenas biológico se impacta a vida dos humanos e altera todo o tecido social e as relações humanas. A escola precisará, assim que retomar as atividades presenciais, reestruturar seus diálogos para além das reuniões administrativas. Será preciso um amplo debate teórico-conceitual das fronteiras disciplinares que impulse um debate pedagógico reorganizador do processo formativo. Estratégias como exposições e discussões acerca das notícias mundiais, o estabelecimento de

conexões entre política, economia, mundo jurídico e ações de cidadania deverão ganhar centralidade em uma escola que repense continuamente as situações-limite as quais estamos expostos de modo contínuo.

Sob quaisquer “situações-limite” (e essa em especial que nos interessa), Freire (1987) defende a demarcação de “temas geradores” que, conforme círculos concêntricos, parte do geral ao particular, das formas mais elaboradas às mais simples. Desta forma, propusemos aqui o exercício de imaginação sociológica – que Mills (1969, p. 14) considera ser a “forma mais frutífera dessa consciência”, pela sua “capacidade transformadora da história” – para que, através do diálogo com as reportagens midiáticas publicadas em *sites* de notícias brasileiros, compreendamos as questões fundantes da área de Educação e EF e operemos criticamente nesse contexto histórico de pandemia.

Desde março de 2020, principalmente, se situarmos especificamente o contexto brasileiro, temos visto as mais diversas mídias produzirem e veicularem informações sobre a pandemia. Tais informações, com os devidos filtros necessários a uma época prolífica de *fake news*, foram delimitadas em temas geradores que refletem contradições essenciais desse momento histórico, a saber: O falso dilema entre vida/saúde e economia; As desigualdades, iniquidades e injustiças sociais amplificadas na pandemia, especialmente quanto à necessidade do nosso Sistema Único de Saúde (SUS); O debate entre educação escolar e educação à distância (ambientes virtuais; *homeschooling* etc.); A relevância da ciência, notadamente das Ciências Sociais e Humanas em período de valorização das ciências naturais; A necessidade e importância da arte e da cultura como práticas essenciais em tempos de confinamento social; O papel das universidades (principalmente as públicas) no combate à pandemia; A tensão entre uma mídia séria e comprometida socialmente e a proliferação de desinformação e *fake News*; por fim, a problemática das práticas corporais em tempos de quarentena: como realizá-las? Que recomendações seguir?

Consideramos, conforme Thompson (2011), que as mídias, notadamente a imprensa, não se estabelece como organismo neutro posto que, historicamente, concentra-se nas mãos de poucas corporações bilionárias, configuram-se como empresas mistas com capitais investidos em frentes diversas, portanto se expandem na direção de um capitalismo global e, por fim, intervêm diretamente nas ações políticas e econômicas de uma sociedade sendo relevantes das decisões políticas de alto escalão até as aceitações ou resistências populares ante o movimento da história. No debate que realizamos neste texto, definimos, dentre os pontos acima, três deles que receberão um olhar mais reflexivo e que nos ajudam a pensar na formação de professores de EF a partir de uma perspectiva crítica diante da experiência social da pandemia e tomada de consciência sobre a realidade: (1) O falso dilema entre vida/saúde *versus* economia – momento em que refletimos com as contribuições de Achille Mbembe (2016, 2017) e o conceito de *necropolítica*; (2) As desigualdades sociais no Brasil e a importância e

necessidade de fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS);e, (3) O debate sobre a educação à distância e *homeschooling* em tempos de pandemia.

## **DOS TEMAS-GERADORES PARA PROBLEMATIZARMOS A PANDEMIA E PROJETARMOS O FUTURO**

Inicialmente, pensando nosso papel de formadores de adultos, jovens e crianças, cabe-nos projetar o que sabemos sobre a pandemia e que luzes podemos lançar sobre essa problemática.

Não há uma doença chamada “pandemia”. Há um vírus circulante em escala mundial chamado de Sars-Cov-2 que provoca uma série de infecções, especialmente infecções respiratórias agudas graves. A Pandemia é o reconhecimento que uma epidemia viral ou bacteriológica ganhou proporções mundiais e, por isso, são necessárias ações mais efetivas para evitar a disseminação de contágio. Assim, a pandemia é a declaração de que ações precisam ser desencadeadas pelo poder público e pela sociedade civil. A Organização Mundial de Saúde decretou, em 11 de março de 2020, que o Covid-19 já está disseminado nos cinco continentes e não há mais possibilidade de contê-lo em regiões específicas do planeta (apenas na Antártida há informações de não haver, até o momento, nenhum caso).

Ao longo da história tivemos algumas crises pandêmicas, sendo a mais notável a gripe espanhola de 1918. Segundo Ujvari (2012), a gripe espanhola foi disseminada na Europa durante a Primeira Guerra Mundial, provavelmente vinda dos Estados Unidos ou Ásia. Dado o caráter crescente da globalização e estreitamento dos deslocamentos humanos entre os países, a gripe tornou-se pandêmica em 1918 e chegou a matar entre vinte e quarenta milhões de pessoas. Com os avanços dos microscópios e as técnicas de mapeamento genéticos dos vírus, já se sabe que esse tipo de influenza era o H1N1. Ao longo do século outras duas pandemias nos assolaram: uma de H2N2, em 1957, que chegou a matar 1 milhão de pessoas, e outra de H3N2, em 1968, que vitimou setecentas mil pessoas. Ambas originadas no Sudeste Asiático e provocadas por mutações em aves (UJVARI, 2012).

Dado o impacto que tal evento teve no Brasil com dezenas de milhares de mortos, que vitimou inclusive o Presidente eleito Rodrigues Alves, seria factível reconhecer que o país teria aprendido com tal crise a ponto de estar preparado para novas investidas virais globais<sup>vi</sup>. Crasso engano! Segundo Goulart (2003), o país vislumbrou em toda a sua tragédia suas imensas contradições: carência alimentar, falta de saneamento básico, condições insalubres de trabalho, imensa densidade populacional, ausência de uma política sanitária efetiva para proteger, principalmente, as classes mais pobres e vulneráveis.

Tais elementos se fazem presentes hoje, 100 anos após os trágicos eventos da gripe espanhola. O vírus é diferente, de nova cepa anatômica e fisiológica, mas as epidemias virais, ao longo do século XX e neste início de século, já atestavam que a ausência de preparo sanitário e suporte econômico e político

para controle de sua expansão revelariam quais países observaram as lições da história e as indicações da biologia e da genética.

Dada essa inferência, vejamos como esses elementos aparecem nos materiais que circulam na internet brasileira a fim de podermos problematizar esses elementos. Iniciamos abordando o falso dilema entre saúde *versus* economia; depois, tratamos da questão da desigualdade brasileira sendo evidenciada na pandemia, revelando também a importância e necessidade de fortalecimento do SUS; seguimos com a discussão quanto à educação à distância e *homeschooling*, e toda problemática que é gerada num país com as limitações (estruturais, tecnológicas etc.) como é o Brasil; finalizamos em relação às tensões no campo da EF diante do período da quarentena e os discursos conflitantes quanto às práticas corporais.

Em que medida, economia e saúde se complementam, dialogam ou se excluem? Ao longo dos primeiros meses de 2020 ante ao certo processo de recessão mundial econômica, bem como ao acúmulo de pessoas que perdiam a vida frente ao vírus, se estabeleceu um falso dilema: devemos sacrificar vidas para manutenção da economia? A questão que se impôs foi que a implementação do isolamento social, única alternativa possível (sem vacina ou medicamento imediatamente eficaz) de redução da taxa de contágio para não colapsar os sistemas hospitalares, geraria desemprego em massa. Como alternativa, o Governo Federal implantou programas tímidos de auxílio de renda aos cidadãos e de crédito às empresas e empurrou aos governadores e prefeitos toda a responsabilidade em lidar com a pandemia. Por conseguinte, assistimos empresários defendendo que os trabalhadores vão às ruas e retornem ao trabalho frente a condições propícias ao contágio em massa (transporte público, espaços de trabalho já insalubres).

As reações políticas, ou implementação de ações por parte do Estado, para defender os cidadãos deve ser a premissa orientadora fundamental. Vivemos ao longo dos primeiros meses de 2020 a demonstração do quão falso é esse dilema. Em 26 de março, Giuseppe Sala, prefeito de Milão, na Itália, após uma campanha pautada no lema “Milão não para” que defendia a continuidade da economia sem isolamento social ou *lockdown*, que o fez acumular um saldo de mais de 4 mil mortos, veio a público se desculpar pelo “erro” de ação político-estratégica (CAMPOS, 2020). De igual modo, o primeiro-ministro britânico Boris Johnson também defendia a continuidade da economia ao defender uma hipotética “imunidade de rebanho” que propunha uma contaminação em massa para garantir a imunização do país. Ao receber um estudo do *Imperial College* de Londres que previa um número de 260 mil mortes sem o *lockdown* voltou imediatamente atrás em suas ações políticas (MATHIAS; TORRES, 2020).

Por seu turno, o presidente Alberto Fernandez, da Argentina defendeu enfaticamente a tese de que “Prefiro ter mais 10% de pobres do que 100 mil mortos na Argentina. Da morte não volta, dos problemas econômicos, sim” (CRAVEIRO, 2020). Tal ação, pautada em testagem da população e auxílio econômico aos trabalhadores e às empresas, tem contido o avanço da doença no país. Na tendência diversa ao país vizinho, o presidente brasileiro, Jair Bolsonaro tem, desde março, menosprezado o efeito da doença

taxando-a de “gripezinha”, de que só idosos morrerão ou que infelizmente esse é “o destino de todo mundo” (SOARES, 2020).

As ações erráticas, que podem em algum momento convergir a uma direção mais adequada à salvação de vidas, permaneceram como a tônica do governo brasileiro, o que nos permite visualizar uma dimensão conceitual em transformação. Observamos que o conceito de *biopolítica* formulado por Foucault (1988, p. 134), que designa “[...] o que faz com que a vida e seus mecanismos entrem no domínio dos cálculos explícitos, e faz do poder-saber um agente de transformação da vida humana”, ou seja, as formas políticas de gestar a vida, principalmente a partir da calculabilidade (na saúde, na higiene, na alimentação, na sexualidade etc., mas sempre reduzindo a potência da vida aos parâmetros de ordem biológica), vai sendo direcionado a outro conceito, o de *necropolítica*, do filósofo camaronês Achille Mbembe (2016, 2017), o qual considera “[...] as formas contemporâneas que subjagam a vida ao poder da morte”. (MBEMBE, 2016, p. 146)

Trata-se, resumidamente, de uma “política da morte” (MBEMBE, 2016, p. 128), em que os mecanismos de biopoder operam para “deixar morrer”. Segundo Mbembe (2017), vivemos um momento em que crescem as posições anti-humanistas que evidenciam um “[...] desprezo geral pela democracia.”. Ainda para este filósofo, “[...] sob as condições do capitalismo neoliberal, a política se converterá em uma guerra mal sublimada. Esta será uma guerra de classe que nega sua própria natureza: uma guerra contra os pobres, uma guerra racial contra as minorias [...]” (MBEMBE, 2017)

Com a pandemia, todos os dias temos nos deparado com notícias que abordam a pressão de empresários, comerciantes e prestadores de serviços, além de políticos das mais diversas esferas para a reabertura comercial das cidades brasileiras, a “volta à normalidade”. Ao considerar o contexto do necropoder e ver suas raízes na escravidão, a qual Mbembe (2016) vai chamar de “terror moderno”, a pressão para os trabalhadores voltarem às ruas e ao trabalho evidencia as relações de propriedade as quais os trabalhadores se sujeitam, como “escravos modernos”, diante de seu dominador: “A vida de um escravo, em muitos aspectos, é uma forma de morte em vida.” (MBEMBE, 2016, p. 132)

Se outrora as “tecnologias” de controle da população por parte do soberano ou dos Estados fossem mais explícitas e violentas (como era o enforcamento, depois a decapitação, as lutas em público etc.), no momento presente evidencia-se a “sutileza da crueldade” com a população com medo do desemprego e da fome expondo-se pelas cidades diante da possibilidade de ser contaminada pelo vírus invisível. Evidencia-se, assim, uma forma genocida de “deixar morrer” (ou forçar a morte?) pessoas já marginalizadas por sua condição social e étnica. Confirma-se o que Mbembe (2016, p. 146) argumentou quanto à “criação de ‘mundos de morte’”, ou seja, “formas novas e únicas da existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o status de ‘mortos-vivos’.”

Ao escancarar uma maneira necropolítica de organizar a sociedade para lidar com um vírus altamente contagioso e, em larga medida letal, a experiência brasileira escancarou suas desigualdades, iniquidades e injustiças sociais ampliando o fosso social entre as classes abastadas e a população mais pobre e vulnerável do país.

Certamente não precisávamos – como brasileiros – de uma pandemia para viver uma triste experiência social de desatenção, desassistência, insegurança e medo como o momento repercute em cada um de nós. Também para os mais atentos, não era necessário passar por tal experiência para “aprender” o quanto o Brasil é um país desigual.

Uma comparação de dados indica facilmente tamanha desigualdade nesse país de dimensões continentais e de cultura tão rica e diversa, mas com seu espírito democrático e republicano em grave crise: o Brasil encerrou a última década (2019) na 9ª posição mundial em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), embora em anos anteriores tivesse chegado à 7ª posição (à frente, inclusive, de países como Itália, Rússia e Canadá). Enquanto o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), métrica utilizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) para se analisar a qualidade de vida das populações, a qual considera grau de escolaridade, renda *per capita* e expectativa de vida (que vai de 0 a 1, e quanto mais se aproxima de 1, maior o IDH do lugar), coloca o Brasil na 79ª posição neste *ranking*, entre 189 países e territórios considerados<sup>vii</sup>, em que a Noruega lidera, seguida por Suíça e Irlanda.

Quando os dados são observados internamente (entre regiões brasileiras), é possível dizer que alguns estados brasileiros têm IDH de “Primeiro Mundo”, enquanto outros possuem IDH semelhantes a países pobres do continente africano – o que revela grandes disparidades sociais e econômicas.

Segundo Mbembe (2017), “As desigualdades continuarão a crescer em todo o mundo. Mas, longe de alimentar um ciclo renovado de luta de classe, os conflitos sociais tomarão cada vez mais a forma de racismo, ultranacionalismo, sexismo, rivalidades étnicas e religiosas, xenofobia, homofobia”. Ainda para este filósofo, democracia e capitalismo revelam-se incompatíveis: “[...] A crescente bifurcação entre a democracia e o capital é a nova ameaça para a civilização.” (MBEMBE, 2017).

Com a pandemia, principalmente quando observamos o contexto latino-americano e mais especificamente a situação brasileira, as observações filosóficas de Mbembe (2017) parecem tornarem-se inferências empíricas, tendo em vista os tristes números de infectados que não param de crescer porque não há condições de realizar o proposto pela ciência, isto é, o distanciamento social e o isolamento, implicando em um padrão de mortalidade que evidencia um “tipo ideal” para morrer de covid-19: o cidadão periférico, pobre, geralmente negro/pardo.

Vejam os dois exemplos, um referente à região metropolitana de São Paulo/SP e o outro, um estudo epidemiológico que revela, na região metropolitana de Aracaju/SE, que pessoas residentes em regiões mais pobres são as que possuem maior número de óbitos:

*Exemplo 1*

**Figura 1:** Imagem de telejornal da Globo

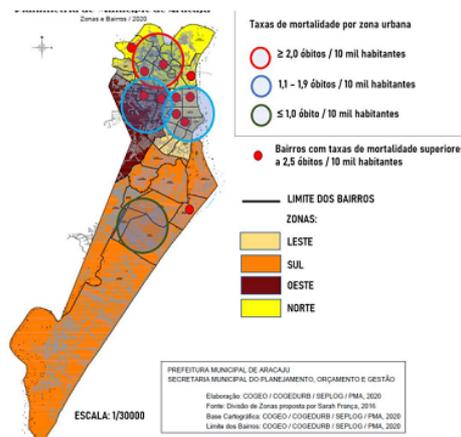


Fonte: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/06/16/estudo-mostra-que-66percent-de-mortos-por-covid-19-na-grande-sp-ganhavam-menos-de-3-salarios-minimos.ghtml>

Se nos atentarmos aos dados e à narrativa da matéria jornalística, veremos que a pesquisa realizada – a qual cruza o pertencimento territorial a partir do Código de Endereçamento Postal (CEP) dos infectados, idade e renda – evidencia que pobres são os que mais morrem e moradores infectados com renda superior a R\$ 19 mil representam pouco mais de 1% das mortes.

*Exemplo 2*

**Figura 2:** Imagem de matéria publicada no Portal Infonet/SE



(Foto: Projeto EpiSergipe)

Fonte: <https://infonet.com.br/noticias/saude/zona-norte-e-a-regiao-com-mais-obitos-por-covid-19-em-aracaju/>

A título de conhecimento, como é, em geral, nas grandes cidades brasileiras e capitais, a “zona sul” concentra a classe média e a elite, enquanto a “zona norte” costuma ser circunscrita a situação mais vulnerável. Na matéria que traz uma pesquisa epidemiológica realizada por uma equipe da Universidade Federal de Sergipe (UFS), comprovam-se que pessoas em situação vulnerável têm mais chances de morrer de covid-19 que outras pessoas que residem em áreas “melhores” da cidade.

Os dados reforçam, também, a importância do fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil, o qual foi uma construção histórica de vários setores da sociedade civil e política brasileira, garantido, a partir da Constituição Federal de 1988, em seu artigo 196, que a saúde é direito de todos e dever do Estado. Conforme dados de Paim (2009), cerca de 140 milhões de brasileiros só conseguem acessar serviços de saúde se por intermédio do SUS, e em épocas de crise econômica, certamente este número aumentou (nos últimos anos, tem sido comum a divulgação de dados que mostram que os planos de saúde privados vêm perdendo usuários); e em tempos de pandemia, a procura pelos serviços de saúde pela população também aumentou – diante do contingenciamento dos gastos por vinte anos aprovado no Governo Temer (2016).

Lembremos que os princípios que balizam o SUS são a universalidade (que considera a saúde como direito para todos), a integralidade (o acesso a serviços de saúde em todos os níveis de assistência) e igualdade (todos os cidadãos brasileiros devem ser tratados em mesma situação, sem preconceitos ou privilégios) – cujo objetivo maior é promover **justiça social**, garantindo atendimento a todos os cidadãos brasileiros, configurando-se como o maior sistema público de saúde do mundo (PAIM, 2009).

A experiência social dos cidadãos brasileiros diante da pandemia e a sua política atual “testa” a reflexão de Mbembe (2017) em relação à incompatibilidade entre democracia e capitalismo:

[...]Em seu núcleo, a democracia liberal não é compatível com a lógica interna do capitalismo financeiro. É provável que o choque entre estas duas ideias e princípios seja o acontecimento mais significativo da paisagem política da primeira metade do século XXI, uma paisagem formada menos pela regra da razão do que pela liberação geral de paixões, emoções e afetos.

Não bastasse o quadro de incompatibilidade entre um sistema universal de saúde e a sanha autofágica capitalista, no Brasil, em meio à pandemia está sendo preciso lidar com a ausência de uma política centralizada no governo federal que, ao contrário, contribui com a deterioração maior do sistema através de manifestações de ataques oficiais. Em 11 de junho, o presidente Bolsonaro, em sua *live* dirigida a apoiadores, incentivou que os mesmos invadam hospitais e hospitais de campanha para filmarem os leitos e constatarem se há realmente doentes internados como declaram os dados das secretarias estaduais de saúde (GALVANI, 2020). Uma atitude temerária que não passaria de mais uma ação inconsequente, em meio a um cenário de caos e desesperança, não fosse a reação de deputados e cidadãos que efetivamente ouviram o “clamor presidencial” (AZEVEDO, 2020; MOTTA, 2020; LEITE, 2020).

Um ambiente hospitalar no qual pacientes estão sob cuidados e profissionais da saúde tentam executar suas funções de salvar vidas, também é um espaço encapsulado de circulação de vírus com alta carga de manifestação e contágio. A ação necropolítica é uma ação efetiva na fala presidencial, mas o que leva as pessoas a cometerem tal ato insano de desrespeito aos pacientes, aos profissionais, sobretudo de pouco caso com a própria vida? Talvez seja necessário concluir que além de uma política de morte, há

uma política de incentivo ao suicídio. Estamos no limiar de realização do que Safatle (2020, p. 228-229) denomina de “Estado suicidário”:

[...] o Estado suicidário consegue fazer da revolta contra o Estado injusto, contra as autoridades que nos excluíram, o ritual de liquidação de si em nome da crença na vontade soberana e na preservação de uma liderança que deve encenar seu ritual de onipotência mesmo quando já está claro como o sol sua impotência miserável. Se o fascismo sempre foi uma contrarrevolução preventiva, não esqueçamos que sempre soube transformar a festa da revolução em um ritual inexorável de auto-imolação sacrificial. Fazer o desejo de transformação e diferença conjugar a gramática do sacrifício da auto-destruição.

Nesse contexto, o auto-sacrifício das vidas individuais em prol da convocação do líder representa tão somente o esfacelamento e suicídio do tecido social solidário, em suma do próprio Estado como salvaguarda do bem coletivo.

De modo mais contundente, a exposição do fosso de desigualdade presente no Brasil se expressa na política estrutural que sustenta o racismo e seus impactos sobre a maioria de nossa população, a população negra/parda. Não bastasse a letalidade da violência que incide sobre a juventude negra no Brasil que, conforme demonstra o último Atlas da Violência (2019), 75,5% dos homicídios praticados no país são sobre homens negros (IPEA; FBSP, 2019), a covid-19 é particularmente mortífera a essas pessoas (AMPARO, 2020). Notadamente, não pela cor da pele, posto que isso poderia inferir sobre uma questão biológica, mas essencialmente porque a população negra é a que se encontra na base de toda a pirâmide social brasileira, sendo cada vez mais achatada.

Reconhecer a flagrante desigualdade social, que incide sobre raça, gênero e orientação sexual, é fundamental para alcançarmos formas conscientes de interagir e contrapor-se a esta problemática. A pandemia nos impôs desafios, o governo federal não organizou estratégias de defesa da vida dos brasileiros, e esses dois movimentos nos fez perceber o quanto o SUS é necessário para garantia da vida, notadamente da população mais fragilizada. Novamente é forçoso reconhecer que existe uma necessidade de mediarmos o conhecimento elaborado pelas ciências humanas, aliado a uma educação pública de qualidade, para tomarmos consciência dos processos históricos. Reconhecer, como Freire (1996, p. 62-63), que:

Nada, o avanço da ciência e/ou da tecnologia, pode legitimar uma ordem desordeira que só as minorias do poder esbanjam e gozam enquanto às maiorias em dificuldades até para sobreviver se diz que a realidade é assim mesmo, que sua fome é uma fatalidade do fim do século. Não junto a minha voz à dos que, falando em paz, pedem aos oprimidos, aos esfarrapados do mundo, a sua resignação. Minha voz tem outra semântica, tem outra música. Falo da resistência, da indignação da justa ira dos traídos e dos enganados. Do seu direito e do seu dever de rebelar-se contra as transgressões éticas de que são vítimas cada vez mais sofridas.

Seguindo esse brado de Paulo Freire, reconhecemos que os ataques dirigidos à escola pública, sob o discurso de otimização de seus processos e melhoria de sua gestão, irá impactar ainda mais a população

pobre em geral, a população negra em particular. Em época de pandemia se intensificam os discursos privatistas e de “melhorias” na educação por meio de novas tecnologias de informação e comunicação até, no limite, as tentativas de regulamentação de *homeschooling*.

Na imprensa podemos notar o avanço dessas discussões, assim como posicionamentos de oposição e problematização. Como reflexo do processo de isolamento social, a primeira e mais sensata medida foi a suspensão de aulas presenciais. Enquanto as escolas privadas impuseram aos professores uma migração imediata e sem preparo para os ambientes virtuais de ensino e aprendizagem (o que é amplamente problemático por si só, mas enquanto está acontecendo os pais se tranquilizam), as escolas públicas e seus alunos estão alijadas do processo, refêns de uma conjuntura que lhes impede de compreender as dinâmicas e tensões sociais em disputa. Tensões que estão para além do vírus e seus efeitos no organismo humano.

Enquanto proposta de governo, o *homeschooling* encontrou no cenário de pandemia, o espaço fecundo de sua justificação. A ministra dos Direitos Humanos, Mulher e Família, Damares Alves é defensora do projeto e afirma que irá encaminhar, ainda este ano, projeto de lei para regulamentar a prática (AMADO, 2020; ALVIM, 2020).

Segundo Piccolotto (2020), a pandemia trouxe saldos positivos para a educação, principalmente ao reconhecer que esse tipo de aulas à distância pode continuar a ser explorada no futuro:

Tem sido especialmente interessante observar como o público da geração Z, aqueles nascidos entre o final dos anos 1990 até 2010, conseguiu desenvolver uma relação muito particular com as tecnologias digitais, utilizando-as com a naturalidade de alguém que não conhece o mundo sem a existência de um computador ou smartphone. Minhas filhas pequenas, por exemplo, conseguem interagir e se concentrar nas videoaulas –esforço que é quase impossível para muitos adultos (PICCOLOTTO, 2020).

Impressiona a empolgação com o fenômeno e como a análise dos casos particulares podem ser transpostos para a totalidade complexa, contraditória e mesmo cruel da educação pública brasileira e de enorme parcela das nossas crianças. De que educação estamos falando? De que ambiente virtual de aprendizagem falamos, se o ambiente real de existência é de penúria, fome e ausência de recursos higiênicos básicos?

Em direção contrária, Bandeira e Pasti (2020) afirmam que este ensino à distância tenderá a agravar as desigualdades sociais. A diferença do número de alunos que não possuem internet ilimitada, assim como aparelhos, sejam *smartphones* ou computadores, com ampla memória para uso e armazenamento de dados e aplicativos para os que possuem, ou seja, entre as classes A e E, é da ordem de quase 75%. Como garantir o acesso a esse processo e a esse meio de aprendizagem virtual à distância?

Além da impossibilidade estrutural e garantir a universalidade da educação como apregoa a nossa Constituição Federal, há uma concepção profundamente arcaica de educação: aquela que se contenta em

transmitir conteúdos, armazenar conhecimentos ou uma “educação bancária” (FREIRE, 1996). É preciso subverter a ordem simplificadora de assimilação e armazenamento da “aula/lição” para entender que: “[...] aprender para nós é construir, reconstruir, constatar para mudar, o que não se faz sem abertura ao risco e à aventura do espírito” (FREIRE, 1996, p. 41). Diante disso, esquecemos no debate que a questão é política, no sentido lato, de convivência democrática, preparo para a convivência na polis, sua resolução de conflitos. A entrada dessas tecnologias serve a quem? A desigualdade social tende a diminuir? Os espaços de aprendizagem se tornam mais democráticos para a convivência e a percepção das diferenças sociais e da diversidade cultural de um país?

Por conseguinte, toda essa justificativa de EAD e *homeschooling* oculta um processo em curso desde os anos 1990 no Brasil: o sucateamento da educação pública para atendimento de interesses privados sob os auspícios do Estado (FREITAS, 2018). Pacotes de conteúdos virtuais escolares, equipamentos eletrônicos, consultorias para gestão administrativa, cursos para otimização de habilidades e competências, sobretudo precarização do trabalho docente e ataques à profissão sob o discurso de defesa contra a “doutrinação docente” (o que em suma justificaria o *homeschooling* no qual as crianças estariam protegidas, no seio familiar, da perniciosa influência docente) tem sido a tônica dos interesses de grandes empresas corporativas de “serviços educacionais”.

Essa é uma lógica privatista que agravará as desigualdades sociais. Segundo Freitas (2018, p. 128), essa privatização “[...] ensina nossos jovens a praticar o individualismo e a competição, reforçando na sociedade formas de organização limitadas e injustas – sem falar da ampliação de processos culturais relativos à violência cultural e ao não reconhecimento das diferenças raciais e de gênero”.

Reconhecer, portanto, a pandemia e seus desafios é perceber que os processos de construção da vida social são históricos, não dados de natureza. Reconhecer que a organização política, a defesa do sistema universal de saúde e educação são caminhos fundantes para reconstruir a sociedade sobre novas bases. Que a tecnologia esteja disponível para todos, não acessível apenas aos já privilegiados: não se nega ou se recusam suas potencialidades, mas não neguemos as desigualdades que recaem também no acesso e uso das tecnologias por boa parte da população brasileira em relação a aspectos formativos. Compreender essas experiências, analisar as mediações e tomar consciência dos processos e de seu “estar no mundo” são os desafios postos no momento.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS... OU: SOBRE O SENTIDO HISTÓRICO E PEDAGÓGICO DA PANDEMIA**

Diante de um cenário tão desalentador que nos impõe sérios desafios: um vírus pandêmico, ampliação da violência, das desigualdades sociais, do obscurantismo, da negação da ciência, da precarização do trabalho, da pauperização da escola pública como última fronteira de um projeto civilizatório universal precisamos avaliar que projeto histórico construiremos para este século XXI.

Para Mbembe (2017), vivemos uma era na qual se espreita o fim do humanismo. O avanço de uma lógica neoliberal que vai implodindo a democracia vai também esfacelando virtudes como solidariedade, compaixão, generosidade. O objetivo é sobreviver às custas de um consumo que parece ser o único objetivo real, a única coisa que nos faz humanos. Ao assistir carreatas de empresários que pedem para os funcionários voltarem a trabalhar e se exporem a um vírus letal pelo seu emprego (na verdade, pela empresa deles). Ao nos assombrarmos com homens brancos, heterossexuais, cristãos, agredindo enfermeiras que protestavam pelas mortes de colegas, vítimas de um vírus ao tentar salvar brasileiros. Ao vermos outros homens destruírem cruzeiros fincadas na areia da praia, simples, porém ritualísticas homenagens aos mortos. Ao presenciar um presidente da República, ao ser interpelado pelo número excessivo de vidas brasileiras perdidas, dizer: “e daí? Eu não sou coveiro”, nos perguntamos em que momento da história perdemos completamente a empatia? Será que estamos mesmo no limite da perda do humanismo enquanto base explicativa e orientadora de nossas ações?

Concluimos com Paulo Freire (2000) que, ao saber que quatro jovens brasileiros haviam ateado fogo ao índio Galdino Jesus dos Santos levando-o à morte em 1997, refletia:

Que coisa estranha, brincar de matar índio, de matar gente. Fico a pensar aqui, mergulhado no abismo de uma profunda perplexidade, espantado diante da perversidade intolerável desses moços *desgentificando-se*, no ambiente em que decresceram em lugar de crescer. [...] Registro o *todopoderosismo* de suas liberdades, isentas de qualquer limite, liberdades virando licenciosidade, zombando de tudo e de todos. Imagino a importância do viver fácil na escala de seus valores em que a ética maior, a que rege as relações no cotidiano das pessoas terá inexistido quase por completo. (FREIRE, 2000, p. 31, grifos do autor)

Algo que essa pandemia pode nos ensinar é tomar consciência de que humanos somos, de que humanos desejamos ser e de que projeto de humanidade levamos para nossas salas de aula. Certamente, não é o projeto dessas carreatas, agressões, descasos e opressões. Esperamos, diante da estranha e dolorosa experiência social ora vivida, pois segundo Wautier (2003, p. 192), a experiência social é sempre “inacabada de sentido”, que a Humanidade tenha sabedoria para refletir e se transformar, a partir da tomada de consciência, rumo a ações no sentido de elaborarmos tal experiência para sair dela minimamente melhores, mais humanos! Talvez esteja aí o sentido histórico da pandemia, difícil de capturá-lo diante da tensa presença no presente.

## REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. *Homo academicus*. Tradução de Ione Ribeiro Valle, Nilton Valle. 2ª. edição. Florianópolis: UFSC, 2013.

BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

FOUCAULT, Michel. Direito de morte e poder de vida. In: FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade*. 15ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1988, p.125-152.

FREIRE, Paulo. *Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Cortez; Moraes, 1979.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* 8. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. *Educação e Mudança*. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: Unesp, 2000.

FREITAS, Luiz Carlos de. *A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.

GOULART, Adriana da Costa. *Um cenário mefistofélico: a gripe espanhola no Rio de Janeiro*. 2003. 253 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Atlas da Violência 2019*. Brasília; Rio de Janeiro; São Paulo: IPEA; FBSP, 2019.

JENKINS, Henry. *Cultura da convergência*. 2ªed. São Paulo: Aleph, 2009.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. *Arte & Ensaios*, Rio de Janeiro, n. 32, 2016, p. 123-151. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169> Acesso: 18 jun. 2020.

MBEMBE, Achille. “A era do humanismo está terminando”. *Revista IHU Online*, São Leopoldo/RS, 2017. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/eventos/564255-achille-mbembe-a-era-do-humanismo-esta-terminando> Acesso: 18 jun. 2020.

MILLS, C. Wright. *A imaginação sociológica*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 29ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

OROZCO, Guillermo Gómez. Hacia una dialéctica de la recepción televisiva: la estructuración de estrategias por los televidentes. *Comunicação & Política na América Latina*, São Paulo, ano 8, v. 22 a 25, p. 57-73, 1993.

PAIM, Jairnilson Silva. *O que é o SUS*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.

SAFATLE, Vladimir. Bem-vindo ao Estado suicidário. In: TOSTES, Anjuli; MELO FILHO, Hugo (Org.). *Quarentena: reflexões sobre a pandemia e depois*. Bauru: Canal 6, 2020. p. 227-234.

SILVA, Rodrigo Manoel Dias da. O conceito de experiência social em François Dubet: possibilidades analíticas. *Mediações*, v. 14, n. 1, p. 275-290, jan./jun. 2009.

THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. 8ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

UJVARI, Stefan Cunha. *Pandemias: a humanidade em risco*. São Paulo: Contexto, 2011.

UJVARI, Stefan Cunha. *A história da humanidade contada pelos vírus: bactérias, parasitas e outros organismos*. São Paulo: Contexto, 2012.

WAUTIER, Anne Marie. Para uma Sociologia da Experiência. Uma leitura contemporânea: François Dubet. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 5, n. 9, jan./jun. 2003, p. 174-214.

## REPORTAGENS UTILIZADAS

ALVIM, Mariana. Regulamentação do *homeschooling* ganha novo fôlego em Brasília com isolamento por coronavírus. *UOL*, 21 abr. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2020/04/21/regulamentacao-do-homeschooling-ganha-novo-folego-em-brasilia-com-isolamento-por-covid-19.htm> Acesso: 18 jun. 2020.

AMADO, Guilherme. Governo vai propor regulamentação do *homeschooling*. *Época*, 4 abr. 2020. Disponível em: <https://epoca.globo.com/guilherme-amado/governo-vai-propor-regulamentacao-do-homeschooling-24351388> Acesso: 18 jun. 2020.

AMPARO, Thiago. Por que a Covid-19 é tão letal entre os negros? *Folha de São Paulo*, 13 abr. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/thiago-amparo/2020/04/por-que-a-covid-19-e-tao-letal-entre-os-negros.shtml> Acesso: 18 jun. 2020.

AZEVEDO, Reinaldo. Grupo chuta portas e invade hospital no Rio gritando: “mentira, mentira!”. *Notícias UOL*, 12 jun. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/reinaldo-azevedo/2020/06/12/grupo-invade-hospital-no-rio-gritando-mentira-mentira.htm> Acesso: 18 jun. 2020.

BANDEIRA, Olívia; PASTI, André. Como o ensino à distância pode agravar as desigualdades agora. *Nexo Jornal*, 3 abr. 2020. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/ensaio/debate/2020/Como-o-ensino-a-dist%C3%A2ncia-pode-agravar-as-desigualdades-agora> Acesso: 18 jun. 2020.

CAMPOS, Luiz Henrique. “Erramos”: um mês após campanha para não parar, Milão tem 4,4 mil mortos. *Correio Braziliense*, 26 mar. 2020. Disponível em:

[https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/mundo/2020/03/26/interna\\_mundo,840540/erramos-um-mes-apos-campanha-para-nao-parar-milao-tem-4-4-mil-mort.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/mundo/2020/03/26/interna_mundo,840540/erramos-um-mes-apos-campanha-para-nao-parar-milao-tem-4-4-mil-mort.shtml) Acesso: 18 jun. 2020.

CRAVEIRO, Rodrigo. Argentina tem tido sucesso na luta contra o avanço do coronavírus. *Correio Braziliense*, 30 abr. 2020. Disponível em:

[https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/mundo/2020/04/30/interna\\_mundo,849868/argentina-tem-tido-sucesso-na-luta-contr-o-avanco-do-coronavirus.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/mundo/2020/04/30/interna_mundo,849868/argentina-tem-tido-sucesso-na-luta-contr-o-avanco-do-coronavirus.shtml) Acesso: 18 jun. 2020.

GALVANI, Giovanna. Bolsonaro diz para apoiadores invadirem hospitais em busca de leitos vazios.

*Carta Capital*, 12 jun. 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/saude/bolsonaro-diz-para-apoiadores-invadirem-hospitais-em-busca-de-leitos-vazios/> Acesso: 18 jun. 2020.

LEITE, Hellen. Deputado do PSL invade hospital dedicado a pacientes com covid-19 na Bahia. *Correio Braziliense*, 17 jun. 2020. Disponível em:

[https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/06/17/interna\\_politica,864557/deputado-do-psl-invade-hospital-dedicado-a-covid-19-na-bahia.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/06/17/interna_politica,864557/deputado-do-psl-invade-hospital-dedicado-a-covid-19-na-bahia.shtml) Acesso: 18 jun. 2020.

MATHÍAS, Maíra; TORRES, Raquel. A possível eugenia bolsonarista. *Outra Saúde*, 13 maio 2020.

Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasaude/a-eugenia-bolsonarista/> Acesso: 18 jun. 2020.

MENDONÇA, Heloísa. Pandemia expõe “necropolítica à brasileira” e uma certa elite que não vê além do umbigo. *El País Brasil*, 7 maio 2020. Disponível em:

<https://brasil.elpais.com/economia/2020-05-08/pandemia-expoe-necropolitica-a-brasileira-e-uma-certa-elite-que-nao-ve-alem-do-umbigo.html> Acesso: 18 jun. 2020.

MOTTA, Eric. Após pedido de Bolsonaro, deputados invadem hospital, diz governo do ES. *Congresso em foco*, 14 jun. 2020. Disponível em:

<https://congressoemfoco.uol.com.br/governo/apos-pedido-de-bolsonaro-deputados-invadem-hospital-diz-governo-do-es/> Acesso: 18 jun. 2020.

PICCOLOTTO, Leticia. O que já dá para notar da “nova normalidade” que está surgindo da pandemia. *Tilt – canal sobre tecnologia do UOL*, 18 abr. 2020. Disponível em:

<https://govtech.blogosfera.uol.com.br/2020/04/18/o-que-ja-da-para-perceber-do-novo-normal-que-esta-surgindo-da-pandemia/> Acesso: 18 jun. 2020.

SOARES, Ingrid. “A gente lamenta todos os mortos, mas é o destino”, diz Bolsonaro. *Correio Braziliense*, 2 jun. 2020. Disponível em:

[https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/06/02/interna\\_politica,860325/a-gente-lamenta-todos-os-mortos-mas-e-o-destino-diz-bolsonaro.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/06/02/interna_politica,860325/a-gente-lamenta-todos-os-mortos-mas-e-o-destino-diz-bolsonaro.shtml) Acesso: 18 jun. 2020.

- 
- <sup>i</sup> Doutor em Educação/UFSC; Professor do Departamento de Educação Física da Universidade Federal de Sergipe/UFS e do Programa de Pós-Graduação em Educação/PPGED/UFS. Sergipe. Brasil. Contato: [cristiano\\_mezzaroba@yahoo.com.br](mailto:cristiano_mezzaroba@yahoo.com.br) ORCID <https://orcid.org/0000-0003-4214-0629>
- <sup>ii</sup> Doutor em Educação/UFBA; Professor Associado do Departamento de Educação Física e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Cinema da Universidade Federal de Sergipe. Sergipe. Brasil. Contato: [hamilcarjr@hotmail.com](mailto:hamilcarjr@hotmail.com) ORCID <https://orcid.org/0000-0002-7676-7019>
- <sup>iii</sup> Conforme Portal R7: <https://noticias.r7.com/saude/pandemia-de-covid-19-faz-dobrar-casos-de-ansiedade-diz-pesquisa-09052020> Acesso: 25 maio 2020.
- <sup>iv</sup> Mills (1969, p. 14) considera que: “[...] por meio da imaginação sociológica os homens esperam, hoje, perceber o que está acontecendo no mundo, e compreender o que está acontecendo com eles, como minúsculos pontos de cruzamento da biografia e da história, dentro da sociedade”.
- <sup>v</sup> O acompanhamento em relação aos *sites* que veicularam as reportagens que trazemos ao debate é algo contínuo, pelo hábito dos dois autores deste texto acompanhá-los, portanto, aleatório. Não houve uma sistematização em relação ao material coletado, o qual iniciou-se em abril e finalizamos a coleta em meados de junho de 2020. Conforme as leituras diárias fossem realizadas, copiava-se em um arquivo o título da matéria, o veículo em que foi publicado, bem como, o *link* de acesso. Entendemos também que isso indica um pertencimento dos autores em relação a nossas “bolhas” quanto aos nossos usos e interações no meio virtual.
- <sup>vi</sup> Os estudos de mutações de agentes biológicos, sejam virais ou bacteriológicos, têm apontado para uma permanente mutação dos mesmos, principalmente pela ação humana de desmatamento, que interfere nos habitats naturais dos animais silvícolas e alteram os fluxos migratórios de aves, assim como o contato dessas aves (fezes e urinas) com animais domesticados ao compartilharem mesmos veios de água que compartilham, por sua vez, vírus aos humanos por meio do sangue e de suas carnes. De igual modo, as mutações referentes à constante, principalmente em países superpopulosos cujo Estado não supre as carências alimentares, ação de alimentarem-se de animais portadores de vírus estranhos aos humanos. Tais vírus, notadamente os provocadores de Síndromes Agudas Respiratórias Graves (SARS), estão mudando e circulando cada vez mais entre os humanos e gerando possibilidades de surtos pandêmicos. A História tem mostrado, conforme Ujvari (2011) que a capacidade humana de resposta a esses vírus precisa ser planejada. Acompanhamento das mutações virais e as consequentes possibilidades de vacina, precisam se aliar a planejamentos econômicos para novas necessidades de isolamento social, principalmente aparelhamento dos serviços públicos de saúde para dar suporte à população mais vulnerável. Tais pandemias têm revelado, inclusive, que o modelo neoliberal de abandono dos serviços públicos em detrimento do mercado é relegar os mais pobres à própria sorte. A imprevisibilidade do comportamento viral não pode ser a desculpa para o descaso com um sistema público de saúde genuinamente universal.
- <sup>vii</sup> Informação disponível em: <https://istoe.com.br/brasil-cai-uma-posicao-em-ranking-de-idh/>. Acesso: 19 jun. 2020.